

## CENSURA NA LITERATURA PARA JOVENS: A RESISTÊNCIA PELA LINGUAGEM

Amaya Obata Mouriño de Almeida PRADO<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul /UFMGS/CPTL  
amaya.prado@ufms.br

**RESUMO:** Nos últimos anos, algumas obras da literatura infantil e juvenil brasileiras têm sido objeto de polêmicas e até de censura, principalmente nas escolas e nas redes sociais, de modo a tornarem-se objeto de reflexão no campo acadêmico. Tais discussões estão presentes em artigos, livros e debates em eventos de e sobre literatura, com objetivo de identificar e analisar os argumentos que levam ao que se convencionou chamar de “cancelamento” dessas produções. Em geral é possível verificar que há, na gênese das polêmicas, um descompasso entre a leitura dileitante de boa parte da sociedade e a leitura acadêmica, que considera aspectos da ordem da crítica literária. Este artigo parte de um breve levantamento da questão e se propõe a observar os discursos mobilizados para, em seguida, refletir sobre os possíveis caminhos a se percorrer no sentido de resistir aos ataques a obras e a autores. Operando a partir das proposições da pesquisadora Diana Luz Pessoa de Barros, em seus estudos linguísticos e discursivos sobre a intolerância no ensino-aprendizagem na escola (2019), objetiva-se sugerir um modo de enfrentamento do problema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Censura; literatura juvenil; formação de leitor literário; romance.

## CENSORSHIP IN YOUTH LITERATURE: RESISTANCE THROUGH LANGUAGE

**ABSTRACT:** These last few years, some works of brazilian children’s and youth literature have been subjected to controversy and even censorship, mainly in schools and social media, to the point of becoming the subject of reflection in the academic field. These discussions are present in articles, books and debates in events of and about literature, with the objective of identifying and analyzing the arguments that lead to what is being conventionally called the “cancellation” of these works. It is generally possible to verify that there is, in the genesis of these controversies, a misstep between the dilettante reading of a good portion of society and the academic reading, which considers aspects within the realm of literary critique. This article stems from briefly raising this question and sets itself to observe the mobilized discourses to, then, reflect on the possible ways to resist the attacks on works and authors. Operating on the propositions of researcher Diana Luz Pessoa de Barros, in her linguistic and discursive studies on teaching-learning intolerance in school (2019), the objective is to suggest a way of facing the problem.

**KEYWORDS:** Censorship; youth literature; literary reader; novel.

---

<sup>1</sup> Doutora em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2016) (DINTER UFMS/UPM). Professora associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no campus de Três Lagoas.

A Literatura [...] não corrompe nem edifica, portanto; mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver (Antonio Candido).

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Bienal do livro, agosto de 2019. A notícia de que a obra *Vingadores, a cruzada das crianças* deveria ser recolhida da feira a pedido de uma “autoridade” causou furor e, como tem sido frequente em nossos dias, tornou-se motivo de debates acirrados nas redes sociais, mas não só: a imprensa também deu destaque ao assunto, que foi parar no judiciário. E então proibiram a proibição.

Lançada em 2011 nos Estados Unidos, a obra chegou ao Brasil em 2016, pela Editorial Salvat em parceria com a Panini Comics. A edição original é escrita pelo norte-americano Allan Heinberg e ilustrada pelo britânico Jim Cheung. Ao longo de mais de duzentas páginas, há muita ação, uma multidão de heróis lutando para salvar seu mundo. A sexualidade não é o tema principal da narrativa, mas o beijo de um casal homoafetivo foi considerado impróprio para menores, por supostamente conter conteúdo sexual.

Não é um privilégio do Brasil. Há outros exemplos. Na Turquia, que tem (em pleno século XXI!) combatido os livros com a destruição de milhares de exemplares, a obra *Histórias de ninar para garotas rebeldes* (2016), de Francesca Cavallo e Elena Favilli, que apresenta a biografia de cem mulheres reais e marcantes, foi considerada obscena e, portanto, censurada. Houve protestos e denúncias por parte dos editores turcos, alguma repercussão na imprensa e, depois, esqueceu-se o assunto.

Tampouco é fenômeno recente. Desde sempre o conhecimento, perpetuado pelos livros, amedronta governantes. Por questões tão diversas como política, religião ou moral,

camadas privilegiadas das sociedades quiseram suprimir pontos de vista divergentes ou considerados ofensivos em relação ao seu próprio modo de conceber o mundo.

Sem pretensão de exaustão ou amplitude, é possível citar algumas cenas históricas. A China do imperador Qin Shi Huang, em 213 a. C., promoveu não somente a eliminação de livros, como também dos homens letrados. A Biblioteca de Alexandria foi reduzida a cinzas, não uma, mas várias vezes, acredita-se. Manuscritos maias e astecas foram reduzidos a pó, ditaduras espalhadas pelo globo fizeram grandes fogueiras de livros, assim como a Alemanha nazista, durante o holocausto, produziu a “famosa queima de livros”, em 1933.

Não seria viável continuar essas reflexões sem citar o maior símbolo de repressão aos livros, curiosamente editado em igual suporte, o *Index Librorum Prohibitorum*, que durante quatro séculos, de meados dos 1500 a meados dos 1900, estabelecia uma lista de publicações proibidas pela Igreja Católica, consideradas heréticas. O conceito de heresia foi bastante abrangente, visto que incluía obras cujo conteúdo divergia dos preceitos da Santa Sé, refletindo sobre superstições, deficiências morais, sexo, paixões, ideologias distintas e também sobre os avanços da ciência.

Toda essa perseguição ao conhecimento deixou marcas profundas no inconsciente coletivo, de modo a apresentar reflexos ainda hoje. Talvez tal prática tenha acompanhado o desenvolvimento da tecnologia: temos, na era digital, a ameaça de interdição de documentos e conteúdos, os chamados “cancelamentos”.

O novo milênio assistiu, chocado, a fenômenos de igual natureza, com leitores e mediadores de leitura condenando obras literárias. O ponto de contato dessas histórias de censura, de ontem e de hoje, reside na dificuldade de aceitação de pensamentos diferentes, o que remete a uma questão de poder: parcelas autoritárias de classes dominantes impõem

sua própria concepção de mundo, fazendo uso de violência, quando acreditam ser necessário.

## **O CASO MONTEIRO LOBATO**

Nossa literatura infanto-juvenil não passaria incólume por essa questão. Nos anos 30 e 40, enquanto ainda vigorava um *Index* bem mais condescendente, é preciso frisar, o autor foi acusado de produzir um discurso anticlerical e amoral, além de propagar ideias permissivas e divulgar exemplos de maus costumes, através de suas personagens. Emília sempre prezou por sua liberdade de pensamento e expressão. O sítio é, por excelência, o ambiente libertário quando, em serões isentos da representação do poder dos adultos, todas as personagens têm suas opiniões respeitadas e conversam sobre temas antes considerados “assunto de adultos” como guerra, política, conceitos científicos, motivo de deliciosos debates.

O público, especializado ou não, historicamente tem recebido as obras de Lobato com opiniões contrárias e favoráveis. Nunca houve consenso em torno da figura do autor, polêmico por natureza. Prova disso é o paradoxo de que suas obras infantis, ao mesmo tempo em que foram aclamadas como divisor de águas na história da literatura infanto-juvenil brasileira, desde o início foram também alvo de censura, com exemplares alimentando fogueiras.

A pesquisadora Eliane Debus, ao analisar esse tema, indica que autoridades religiosas e governamentais combatiam a circulação das suas obras embasadas em argumentos que não consideravam qualidades estéticas, centrando-se mais no aspecto utilitarista. Desse modo,

Para as autoridades clericais, Lobato é considerado perigoso, e a leitura de seus livros infantis, condenável e nociva à formação cristã da criança católica. [...] Contudo, este aspecto está estreitamente entrelaçado com o político, à medida que sua postura ideológica (materialista e dialética), segundo os censores católicos, vai contra a ordem estabelecida (Debus, 2004, p. 61).

Ainda segundo Debus, Lobato não era educador, nem se dizia escolanovista, mas seus ideais coincidiam com aqueles propostos pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que em 1932 defendia o direito à educação pública, apoiada em quatro pilares básicos: gratuidade, obrigatoriedade, laicidade e coeducação. Uma parte do poder instituído acusou esse projeto de materialista e comunista. O regime ditatorial que se instalou a partir de 1934 completou o cenário para o combate às novas ideias e, por extensão, à obra lobatiana. A Igreja, a partir das instituições educacionais, e o Estado, por meio das instituições públicas, passaram a proscrever os livros de Lobato.

Circularam avisos como os resgatados por Debus (2004, p. 64):

CUIDADO! Tornamos a avisar a todos que o livro *História do mundo para crianças* é péssimo e não pode ser lido por ninguém.  
 Texto publicado no Semanário *O Sino de São José*, em Belo Horizonte, 1934.

Além dos defeitos de pedagogia [...] sobretudo a frequência de palavras e expressões chulas (como: o raio do governo, etc.) tais livros são eivados do começo ao fim do materialismo mais crasso e o que é para lastimar são destinados a criancinhas, incapazes ainda de defender sua fé.  
 Texto publicado no Semanário *A União*, no Rio de Janeiro, em 1936.

Com esses argumentos, acender fogueiras alimentadas por esses livros perigosos era apenas uma questão de tempo. Debus cita depoimento de Raul de Lima, estudante do Colégio Sacré Coeur de Jesus, no Rio de Janeiro: “A freira mestre do colégio solicitou, sem maiores explicações, a presença dos livros de Lobato. Reunidos os volumes, a educadora fez uma fogueira, com alguns paus de bambu e queimou-os todos.”. Em outro depoimento trazido pela pesquisadora, desta vez de Gilberto Mansur lembrando sua

experiência inquisitorial na infância, lê-se que ele “[perdeu] uma preciosa coleção de *Os 12 trabalhos de Hércules*” (Debus, 2004, p. 66).

O próprio Lobato, em carta a Vicente Guimarães (s.d.), relata a censura a seus livros, com a ironia que lhe é peculiar:

Dois meses atrás todos os meus livros foram retirados das bibliotecas escolares do Distrito Federal e queimados nas fornalhas da Caixa de Amortização. Imagine que desastre: o Quindim torrado, o Rabicó assado, a Emília, a Nastácia, Dona Benta, reduzidos a cinzas [...] Gente cruel, não? (Nunes, 1988, p. 230 apud Debus, 2004, p. 64).

Mesmo após a morte do autor, os ataques continuavam. Em 1956, foi publicada a obra *Lobato ou o comunismo para crianças*, de autoria do Padre Sales Brasil, na Bahia, acusando-o de desviar os pequenos leitores da formação cristã e de ter construído, no conjunto de sua obra infantil, um panfletário manifesto comunista (Debus, 2004, p. 72).

Mais recentemente, em 2010, o CNE – Conselho Nacional de Educação acolhe a denúncia de um professor de Brasília que denunciava racismo e apologia ao preconceito na obra *Caçadas de Pedrinho* (1933) e proíbe sua circulação no país. Em decorrência da polêmica gerada, o próprio MEC intervém e o CNE volta atrás, revogando sua decisão. O assunto chega ao Supremo Tribunal Federal que, em setembro de 2012, promove duas audiências de conciliação nas quais discute o caso, sem chegar a um consenso. O livro continuou constando na lista de aquisições do Plano Nacional da Biblioteca na Escola-PNBE.

Desde então, a polêmica continua acirrada, com argumentos contrários e favoráveis, sempre longe do consenso. Não se pretende aqui acirrar a discussão com a defesa deste ou daquele posicionamento. O importante, para estas reflexões, é notar que o mecanismo que engendra as ações de reprovação de obras literárias é a tentativa de

confirmação do *status quo*, a partir da qual se rejeita veementemente tudo o que for diferente e, por extensão, todas as obras literárias que veiculem visões divergentes.

## OUTROS CASOS

Dourados - MS, fevereiro de 2015. Quinhentos exemplares da obra *Martí: sem a luz do seu olhar*, lançada em 2007 de modo independente por seu autor, Brígido Ibanhes, foram retirados das bibliotecas escolares da cidade, em obediência à seguinte nota: “Solicitamos que sejam retirados das prateleiras das bibliotecas o livro intitulado ‘Martí: sem a luz do teu olhar’, até a segunda ordem do Núcleo de Biblioteca e do Departamento de Ensino” (Marques, 2015). Sem mais explicações. É provável que a linguagem utilizada pelas personagens, sempre direta, bastante coloquial, tenha incomodado os “mediadores” responsáveis por avaliar a “adequação” da obra. Expressões encontradas no texto, como “aborda a mulher por detrás”, “pegada animal”, “tapão no traseiro”, “potranca” e “omissão peniana”, podem, eventualmente, ter fundamentado a reprovação.

Brasília, junho de 2017. Um parecer técnico da Secretaria de Educação Básica do MEC fundamenta o recolhimento de 93 mil exemplares da obra *Enquanto o sono não vem* (2003), de José Mauro Brant, adquiridas pelo estado para compor o acervo do PNLD/PNAIC- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Foi retirada das escolas, mesmo tendo sido avaliada e aprovada pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, instituição de notório saber e referência nas áreas de alfabetização e literatura. O MEC decidiu atender às diversas reclamações sobre um dos contos da obra, *A triste história de Heredegalda*, uma princesa que se nega ao casamento com o próprio pai e por isso é castigada e mantida em cativeiro. O rei ameaça matar quem desse um único copo d’água à menina, que morre de sede e acaba transformando-se em um anjo porque teria morrido virgem. Esta é uma das

versões do clássico conto *Pele de Asno*, que compõe o acervo cultural da humanidade desde tempos imemoriais, fixado pela tradição oral. As acusações giram em torno do argumento de que o tema do incesto é impróprio para o público atendido pelo programa.

Brasília, dezembro de 2018. O Colégio Petit Galois emite uma errata da lista de material do 4º ano, que retira a obra *A semente de Nicolau* (1990), garantindo, inclusive, a devolução do valor do livro àqueles pais que não conseguissem devolvê-lo às livrarias. A escola atendeu ao desejo de um grupo de pais que consideraram inadequada para a escola a obra do autor Chico Alencar, filiado a um partido de oposição ao governo recém-eleito. Nem uma palavra sobre a narrativa, que passa ao largo de qualquer assunto político, uma vez que se trata de uma mensagem de Natal, tematiza a origem da celebração da data e da figura de Noel, trazendo uma mensagem sobre solidariedade. Nenhuma justificativa. Apenas o cancelamento de uma obra que teve várias reedições durante trinta anos, tendo sido adaptada para o teatro.

Rio de Janeiro, outubro de 2018. Em movimento semelhante, um colégio carioca suspendeu a leitura da obra *Meninos sem pátria* (1981), de Luiz Puntel, atendendo ao pedido de um grupo de pais que considerou que o texto, valendo-se de um discurso “esquerdopata”, pretendia “doutrinar crianças com ideologia comunista”. A diferença, neste caso, é que o livro conta a história da vida de uma família inteira que acompanha o pai, exilado pelo governo ditatorial brasileiro na década de 1960. A obra sempre teve bom trânsito nas escolas e contou com pelo menos vinte edições, configurando-se como um clássico da literatura infanto-juvenil.

Limeira, interior do estado de São Paulo, agosto de 2019. Uma das obras mais lidas pelos pequenos leitores de todo o Brasil, *A bolsa amarela* (1976), da multipremiada Lygia Bojunga, foi alvo de protestos na Câmara Municipal, sob acusação de que “afronta os

princípios morais dos pais dos alunos”. Em um requerimento que solicita informações sobre os critérios de seleção da obra, um vereador afirma:

É um absurdo que o prefeito admita um material que claramente expõe nossas crianças a [sic] famigerada ‘ideologia de gênero’ e que, de forma torpe, afronta os princípios morais da família, seja distribuído na rede municipal de ensino (Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Limeira, 08/08/2019).<sup>2</sup>

Recife - PE, setembro de 2018. O alvo dessa vez foi o livro *O menino que espiava pra dentro* (1983), de Ana Maria Machado, outra colecionadora de prêmios e autora de clássicos infantis. A obra circula desde a década de 1980, com várias edições, sem gerar polêmicas. Depois de tanto tempo, uma mãe zelosa, acreditando que o livro fazia apologia ao suicídio, lança um apelo nas redes sociais:

Ele [filho] me disse que o menino do livro que estava lendo tem um amiguinho imaginário que mandou ele [sic] fazer isso, ou seja, que se ele engasgasse com uma maçã, ele acabaria com todos os problemas! Faço um apelo aos pais que conversem, monitorem e protejam seus filhos dessas estimulações perigosas que estão por toda parte (Autran, 2028).

O que se assemelha em todas essas leituras e também nas abordagens das obras de Lobato é a total desconsideração do aspecto estético dos textos, via de regra lidos sem que se observem vários recursos próprios da arte literária, tais como a linguagem simbólica, o contexto em que foram escritos, a mobilização da fantasia, a pluralidade de sentidos que se pode atribuir ao texto literário, o modo como a arte constrói e constitui o ser humano.

Quem lê os textos literários daquela forma talvez esteja projetando na leitura apenas os seus medos, sem disposição para observar, nos textos lidos, outros aspectos que, sem dúvida, são os mais importantes para a construção do sentido geral das obras e para o efeito que elas têm na formação da criança como leitor e como ser humano. Ao focar em

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://limeira.sp.leg.br/imprensa/noticia.php?id=10337>. Acesso em 05 out. 2019.

apenas um aspecto, desconsiderando sua natureza literária e artística, corre-se o risco de deixar de fruir o que há de melhor nela.

Ao observar apenas o aspecto da linguagem, perde-se a oportunidade de vivenciar e enfrentar, sem correr os riscos reais, a realidade dura das ruas, a violência de toda ordem, tematizada na obra *Martí, sem a luz do seu olhar*, e de discutir com os leitores, a fim de compreender os problemas sociais, diversos aspectos que promovem essa violência, como a desigualdade social, a corrupção, entre outros temas que vão se apresentando ao longo do enredo.

O ataque ao conto *Triste história de Heredegalda* revela o desconhecimento em relação à importância da cultura popular, à ancestralidade e à significação dos contos de tradição oral, ao tematizar a violência e os problemas vividos ao longo do tempo pela humanidade. A leitura cuidadosa e desarmada do texto revela que, sim, o tema é a tentativa de incesto, que, deve-se ressaltar, não se concretiza, dando oportunidade ao leitor de entrar em contato com angústias mais profundas e de enfrentá-las, de modo a amadurecer psicologicamente de forma saudável.

Proibir uma obra apenas porque seu autor é um político de oposição ao governo instituído e não pelo seu conteúdo, pelo seu valor estético, como no caso de *A Semente de Nicolau*, é injustificável. Tanto que não há, da parte dos envolvidos, apresentação de explicação para a retirada do livro da lista de leituras programadas para aquela turma.

O fato de que uma história se construa a partir de uma personagem que sofre perseguição política e, por consequência, o exílio, não faz de *Meninos sem pátria* um manifesto comunista, tendente a cooptar militantes para a causa. A trama explora os conflitos e as dificuldades enfrentadas pela família em uma terra estrangeira.

Acusar a obra *A bolsa amarela* de promover a “ideologia de gênero” é desconhecer sua qualidade estética e não perceber que a trajetória da personagem é de

autoconhecimento, construção de identidade própria e consequente emancipação como sujeito. Não se discute, sequer se insinua no texto, a possibilidade de que a personagem esteja em conflito com seu gênero. A identificação dos leitores com a menina que aprendeu a lidar com suas vontades, sua realidade e suas limitações é construída pela ausência de assimetria entre texto e leitor, uma vez que o ponto de vista adotado na narrativa é o da criança e, portanto, coincide com o modo como os leitores se inserem no mundo. Se há emancipação da personagem, por consequência cria-se a possibilidade de que os leitores, ao vivenciarem os problemas fictícios, consigam enfrentar as questões reais e amadurecerem também.

Reflexão semelhante pode ser aplicada à tentativa de ataque a outra obra que já vai se tornando um clássico infantil, *O Menino que espiava pra dentro*, dada a amplitude de seu aspecto simbólico. As acusações não levam em consideração a narrativa como um todo e, portanto, não há como compreender que se trata novamente de uma personagem lidando com seus conflitos internos, na tentativa de superar angústias que são, ao fim e ao cabo, constitutivas de todo ser humano, mas com uma intensidade ampliada para a criança, que não é capaz de identificar e nomear esses sentimentos, muito menos de superá-los sem ajuda.

Esse é um papel importante desempenhado pelas histórias, pela literatura, pela arte em geral: colaborar para o enfrentamento das questões insondáveis da alma. O escritor Ilan Brenman, ao refletir sobre o papel das histórias no contexto de isolamento social durante a pandemia do coronavírus, indica claramente a importância das histórias para o desenvolvimento da criança, dizendo que elas funcionam como um antídoto contra o sofrimento que o mundo inevitavelmente nos traz:

Como uma menina que nunca vivenciou no mundo simbólico o que é sofrimento, o medo, a coragem, a morte, a incerteza, a luta pelo que você acredita, vai lidar com esse momento? Ela vai vivenciá-lo como se fosse tudo pela primeira vez, ou seja, com mais intensidade e sofrimento, com mais ansiedade e pesar. As outras crianças que já vivenciaram simbolicamente o que são esses sentimentos têm mais ferramentas emocionais para lidar com esse momento, já que nos contos de fada, por exemplo, a incerteza sempre está presente, assim como o medo, a morte, mas ao mesmo tempo lá também está a coragem, o renascimento, a certeza de que no final cumpriremos aquilo que nos foi dado como missão. E no caso da criança, a missão é amadurecer. Os bons contos ensinam também que quando estamos juntos, combatemos melhor as batalhas das nossas vidas, os bons contos, como disse uma autora que gosto muito, é um mapa das emoções humanas, uma bússola a guiar a criança no mundo que se abre para ela, isso tudo recheado de muita aventura, suspense, humor, drama (Brenman, 2020).

Sendo assim, ao retirar de circulação qualquer obra com um mínimo de realização estética, retira-se também a possibilidade de fortalecimento emocional que a arte em geral e a literatura propiciam, mesmo que não se perceba esse benefício de forma consciente.

## **COMO REAGIR?**

Na tentativa de encontrar caminhos para o enfrentamento dos ataques cada vez mais constantes e intensos, não somente aos livros literários, mas também a muitas manifestações artísticas, e que se encaminham para o combate às disciplinas da área de Humanas, somente é possível sugerir o caminho da resistência.

Em geral se indica a importância da leitura, da formação continuada de professores e de mediadores de leitura, da construção de espaços e de tempos propícios a essa atividade, como bibliotecas escolares, domiciliares, públicas, da execução de projetos voltados ao tema. Todas as propostas acima são válidas, extremamente necessárias e têm ocupado muitos pesquisadores, professores, mediadores de leituras, escolas. No entanto, é preciso lidar também com as recentes tentativas de encolhimento do espaço para a literatura, cuja face mais visível está nos atuais currículos escolares, nas listas de livros de

leitura censurados. É preciso encontrar argumentos para o debate, defender a leitura de literatura.

Uma das opções pode ser construir, a partir das reflexões sobre os discursos intolerantes, desenvolvidos por Diana Luz Pessoa de Barros em seus “Estudos discursivos da intolerância” (2019), um modo de ler e de refletir sobre os textos lidos que desconstrua esses discursos de ódio, sem nunca deixar de lado, por fundamental, a compreensão do papel da literatura na formação do ser humano.

Barros define os discursos intolerantes como aqueles produzidos por indivíduos que não aceitam sujeitos que, em sua opinião, não seguem comportamentos esperados pela maioria ou são diferentes. Esses discursos “consideram o ‘diferente’ como aquele que rompe pactos e acordos sociais, que profana o grupo em que está ‘misturado’, por não ser humano, por ser contrário à natureza, por ser doente, feio e imoral, e que, por isso mesmo, é temido, odiado, sancionado negativamente e punido com a triagem por exclusão” (Barros, 2019, p. 2).

Acreditamos que é disso que se trata quando analisamos os argumentos utilizados para vetar as obras literárias elencadas neste trabalho. De intolerância e de tentativa de exclusão. Para Barros, esses discursos são muito passionais e ancorados em atitudes como antipatia, xenofobia, no medo do diferente e do mal que ele pode causar.

A pesquisadora identifica duas fases da intolerância: a do preconceito, mais passional, e a da “intolerância propriamente dita, em que o sujeito preconceituoso passa à ação”, seja de revolta, seja de vingança, distanciando-se da justiça, que deve ser, por definição, desapaixorada (Barros, 2016, p. 8). Nesse sentido, Barros afirma que as paixões malevolentes do ódio em relação ao “diferente” se combinam com as paixões benevolentes do amor aos “iguais”, à sua pátria, à sua língua, ao seu posicionamento ideológico, grupos étnicos, religiosos.

Há que se contornar os efeitos da intolerância a partir da compreensão de seu mecanismo e os estudos linguísticos e discursivos indicam o caminho contrário como uma das saídas possíveis. Nesse sentido, a pesquisadora propõe:

[...] para a aceitação social das diferenças, é preciso que os discursos sejam elaborados com narrativas, paixões, temas, figuras e tensões contrários aos dos discursos intolerantes: os contratos narrativos devem ser os de multilinguismo, de mestiçagem, de diversidade sexual, de pluralidade religiosa; as paixões benevolentes sentidas pelos “iguais” precisam ser estendidas aos diferentes e substituir o ódio e o medo do “outro”, que só assim deixará de ser visto como não-humano ou animalizado, antinatural e anormal, doente, sem ética e sem estética; a inclusão do diferente, deve ser, por conseguinte, considerada como uma mistura enriquecedora, como uma melhoria social (Barros, 2019, p. 2).

Tendo em vista as reflexões aqui desenvolvidas, ganha destaque o papel do professor e da escola na construção da aceitação das diferenças pela sociedade e consequente “desqualificação e apagamento dos discursos intolerantes” (Barros, 2019, p. 3).

Ora, essas paixões todas, as benevolentes e as malevolentes, indicadas por Barros, dialogam com a reflexão de Candido, trazida para a epígrafe deste trabalho, no que diz respeito a “o que chamamos o bem e o que chamamos o mal”. Se a literatura “traz livremente em si” a totalidade da vida, cabe aos mediadores, no ato da leitura, chamar a atenção para essa ambivalência, criando espaços para que o leitor identifique não apenas o discurso da intolerância, mas também o da aceitação, que é, sem dúvida, matéria-prima da literatura. Quanto mais se aumenta o alcance do discurso do ódio, como nos casos aqui apontados, faz-se necessário ampliar muito mais o discurso da aceitação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A censura aos livros se confunde com a própria origem dos livros. Ancorada em atitudes autoritárias, de tutela do pensamento, ela surge sempre que se deseja impor uma

determinada ideologia, em detrimento de outros modos de pensar e de agir. Mais ligada ao autoritarismo que a posicionamentos político-partidários, manifesta-se por meio de discursos combativos, que vão desde a indignação até as ações mais extremas, como as fogueiras.

Prova disso é o caso de Monteiro Lobato, cuja obra foi atacada tanto por parcela conservadora do poder instituído, nos anos de 1930, quanto por grupos com posicionamentos mais liberais que recentemente o acusaram de ser politicamente incorreto ao apresentar episódios hoje considerados racistas e de desrespeito ao meio ambiente, como no caso da obra *Caçadas de Pedrinho*, em que as crianças do sítio matam uma onça e referem-se à Tia Nastácia com termos inaceitáveis hoje em dia.

Quando observados outros casos, percebe-se que os posicionamentos contrários, os discursos de intolerância revelam uma prática de leitura superficial, às vezes incompleta, das obras criticadas. Os acusadores focam em aspectos periféricos, sem levar em conta que a leitura de literatura promove, por seu caráter simbólico e metafórico, um tipo de formação específica, que gera a potência de um amadurecimento de ordem intelectual e ao mesmo tempo emocional.

Em momentos históricos que sinalizam recrudescimento de atitudes autoritárias, de desvalorização da educação e da ciência, quando os discursos de intolerância se fazem ouvir um pouco mais alto, quando a literatura, além de perder espaço nas grades curriculares da rede pública, caminha para perder espaço nas estantes também, é necessário intensificar as ações de permanência, seja por meio de formação de professores (inicial e continuada), de mediadores de leitura, de bibliotecários, de contadores de histórias, enfim, do fortalecimento de todas as instâncias de mediação da leitura literária.

Do mesmo modo, é preciso compreender os mecanismos que engendram esses discursos de intolerância, a fim de criar condições para combatê-lo, ampliando ao máximo

o alcance do movimento contrário: o discurso de *aceitação* e de *inserção* do diferente, do diverso, do plural. A escola deve ser, segundo nos ensina Barros, o espaço de igualdade, o paradigma da pluralidade, e não o lugar da reprodução da intolerância.

O texto literário contribui enormemente, como nos revelou Candido (e nunca é demais repetir a citação), porque humaniza em sentido profundo, ao satisfazer à necessidade universal de fantasia, contribuir para a formação da personalidade e para o conhecimento do mundo e do ser.

Finalmente, deve-se destacar a importância da literatura infanto-juvenil para essa humanização, desde que se libertou de uma histórica dependência da pedagogia e conquistou sua legitimação enquanto gênero literário, enquanto arte.

Lutemos por uma leitura mais literária, menos superficial.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Chico. **A semente de Nicolau**. 12. ed. Ilustrações: Fabí. São Paulo: Moderna, 1990. (Coleção Viramundo).

AUTRAN, Paula. “Foi como uma bigorna na cabeça’, diz Ana Maria Machado, acusada de incitar suicídio”. **O Globo [online]**, Rio de Janeiro, 06 set. 2018, 18:47. Cultura. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/foi-como-uma-bigorna-na-cabeca-diz-ana-maria-machado-acusada-de-incitar-suicidio-23047123>. Acesso em: 5 out. 2019.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Algumas reflexões sobre o papel dos estudos linguísticos e discursivos no ensino-aprendizagem na escola. **Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 15, n. 2, dez. 2019, p. 1-14. Dossiê temático “Contribuições da Semiótica e de outras teorias do texto e do discurso ao ensino”. Disponível em: [www.revistas.usp.br/esse](http://www.revistas.usp.br/esse). Acesso em 10 out. 2019.

BRANT, José Mauro. **Enquanto o sono não vem**. Ilustrações: Ana Maria Moura. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2003. (Coleção E quem quiser que conte outra...).

BRENMAN, Ilan. **Pandemia e a importância das histórias infantis**. [Facebook], 7 abr. 2020, 17:35. Disponível em: <https://www.facebook.com/>. Acesso em: 08 abr. 2020.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *In*: CANDIDO, Antonio. **Textos de intervenção**. Seleção, apresentações e notas: Vinícius Dantas. 1. ed. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002. p. 77-92. (Coleção Espírito Crítico).

CECCANTINI, João L.; GALVÃO, Eliane; VALENTE, Thiago A. **Literatura infantil e juvenil na fogueira**. 1. ed. Belo Horizonte: Aletria, 2024.

DEBUS, E. **Monteiro Lobato e o leitor, esse conhecido**. Itajaí: Editora UNIVALI; Florianópolis: Editora UFSC, 2004.

IBANHES, Brígido. **Marti: sem a luz do teu olhar**. 1. ed. Dourados-MS: B. Ibanhes, 2007.

MACHADO, Ana Maria. **O menino que espiava pra dentro**. Ilustrações: Alê Abreu. 2. ed. São Paulo: Global, 2008.

MARQUES, José Henrique. Censura em Dourados – Prefeitura proíbe livro nas escolas municipais. **Folha de Dourados [on-line]**, Dourados, Mato Grosso do Sul, 18 maio 2015. Disponível em: <https://www.folhadedourados.com.br/prefeitura-retira-livro-das-bibliotecas-de-escolas-municipais/>. Acesso em: 4 out. 2019.

NUNES, Cassiano. **Novos estudos sobre Monteiro Lobato**. Brasília: UNB, 1998.

NUNES, Lygia Bojunga. **A bolsa amarela**. Ilustrações: Marie Louise Nery. 17. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990. (Coleção 4 ventos).

PUNTEL, Luiz. **Meninos sem pátria**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1988.

RADINO, Glória. **Contos de fadas e a realidade psíquica: a importância da fantasia no desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

RECEBIDO EM: 30 de maio de 2025  
APROVADO EM: 09 de agosto de 2025  
Publicado em setembro de 2025